



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO
SECULT/CONSEC - Conselho Estadual de Política Cultural**

Ata

45ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

14/02/2025

Aos 14 dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, após verificação de quórum em segunda chamada, a conselheira Maristela Rangel, titular, abriu a 45ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que ocorreu de forma online, com a presença verificada de 25 membros titulares e 17 membros suplentes, quais sejam:

André Lobato Andrade, Suplente, Secretaria de Estado de Educação

André Luiz Veloso Ferreira, Titular, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Andressa Iza Gonçalves, Titular, Museus, espaços de memória e acervos

Antônio Carlos Pimenta Diniz, Titular, Design e artes visuais

Aryane Ribeiro, Titular, Audiovisual e Novas Mídias

Beatriz de Souza Resende, Suplente, Circo

Carlos Alexandre Ribeiro Batista, Suplente, Moda

Cassiano Alves Maçaneiro, Suplente, Música

Daiany Soares Sarmento, Titular, Cultura alimentar e gastronomia

Débora Balarini Nery Martins, Suplente, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Eni Carajá Filho, Titular, Culturas indígenas

Fernanda Rosaes Vigato, Suplente, Secretaria de Estado de Fazenda

Fernando Antônio Tibúrcio de Oliveira, Titular, Empresa Mineira de Comunicação

Ivan dos Santos Cândido, Titular, Fundação Clóvis Salgado

Izabella Cristina Rosa Nigri, Titular, Secretaria de Estado de Educação

João Carlos Freitas da Silva, Suplente, Política Estadual de Cultura Viva

Jussara Braga Bastos, Titular, Danças

Leandro César da Silva, Titular, Música

Luis Fabiano dos Santos, Titular, Culturas afro-brasileiras

Luis Gustavo dos Santos Dutra, Titular, Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo

Lucas Henrique de Almeida Amorim, Suplente, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Lucas Cristian de Oliveira (Sidrach), Titular, Produção cultural e técnica

Maria da Penha Siqueira de Araújo, Suplente, Secretaria de Estado de Governo
Marina Coutinho Azze, Suplente, Entidades sociais culturais
Maristela Rangel Pinto, Presidente / Titular, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo
Mary Figueiredo Arantes, Titular, Moda
Matheus Ferreira Lima Rufino, Suplente, Empresa Mineira de Comunicação
Moacyr Laterza Filho, Titular, Universidade do Estado de Minas Gerais
Morrison de Oliveira, Titular, Teatro
Nina Abreu Carvalho, Suplente, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Pablo Soares Pires, Suplente, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo
Patrícia de Cássia Gomes Moreira, Suplente, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo
Pedro Márcio Nascimento Pizelli, Titular, Entidades sociais culturais
Platinny Dias de Paiva, Titular, Patrimônio cultural
Rodrigo Hildebrando Robleno, Titular, Circo
Sílvia Maria da Cunha Martins Pinheiro, Titular, Secretaria de Estado de Governo
Terezinha Lucia de Avelar, Suplente, Audiovisual e Novas Mídias
Thayná Fernandes Araújo Paes, Titular, Culturas populares e tradicionais
Thiago Tomaz de Souza Chaveiro, Titular, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Vanusa Rodrigues Chaveiro, Suplente, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, Titular, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo
Wenderson Godoi dos Santos, Suplente, Danças
Werlen Fonseca Vieira, Titular, Artesanato

PAUTAS

1. Fec
2. Balanceamento da PNAB

FEC

Maristela: começa a reunião agradecendo o pessoal da TI pelo trabalho e resultados da PNAB. Inicia também a discussão sobre o uso de recursos do FEC para Patrimônio Cultural. Destacou a prioridade para a questão do patrimônio cultural, que é uma política pública estruturante da Secult. Foi apresentada uma inovação dentro do FEC visando fortalecer e prevenir ocorrências em patrimônios. Foi explicado que esta é uma segunda versão da modalidade "Restaura Minas", que no ano anterior foi executada pelo Iepha e focada em propostas de municípios para demandas locais, incluindo bens tombados em qualquer esfera e enfitêuticos. João Paulo Martins, do Iepha, foi chamado para apresentar como o recurso seria utilizado.

João Paulo Martins: apresentou a proposta, detalhando bens específicos a serem contemplados

e seu estado de conservação. Mencionou casos que necessitam de reforço estrutural e obras emergenciais, além de projetos de restauração para etapas posteriores. Indicou que a proposta veio de um direcionamento da Secretaria de Cultura e se baseia em um estudo técnico do lepha. Explicou que as ações incluem execução de obra emergencial, projetos complementares e ações de capacitação, difusão e educação patrimonial. O prazo estimado para a maioria das entregas seria de um ano. Esclareceu que a escolha dos bens se deu pelo critério de bens em risco, avaliados pelo lepha, não pela demanda geral do instituto. O custo médio dos projetos maiores é de cerca de 400 mil reais. Mencionou que projetos de iluminação cênica, quando presentes, são de valor irrisório e fazem parte de projetos complementares que agregam valor aos locais.

Rodrigo Robleno: Considerou a iniciativa importante, mas questionou se o FEC seria o instrumento mais adequado, sugerindo o fomento ou incentivo fiscal (Lei e decreto 48.819). Pediu mais tempo para analisar a proposta em conformidade com os critérios do Consec e as leis. Citou o decreto 48.809/2024 que confere ao Consec a competência de emitir parecer sobre mecanismos de financiamento.

Diversos conselheiros expressaram a necessidade de receber o conteúdo das pautas com antecedência para análise adequada, um pedido recorrente. Manifestaram dificuldade na compreensão sem informações prévias. Sugeriram pensar em orçamento participativo para escolha de prioridades em futuras edições.

Sidrach: questionou o valor de 22 milhões de reais apresentado para o FEC, lembrando que um valor maior (122 milhões) foi mencionado na Assembleia e que houve problemas de pagamento no ano anterior. Pediu acesso à informação e transparência. Considerou a conta confusa e a seleção de prioridades não nítidas. Lembrou do compromisso do secretário na 52ª reunião de que a construção do FEC seria partilhada com o conselho.

Godoi: questionou a origem do dinheiro do FEC, notando a renúncia fiscal de patrocinadores da lei de incentivo. Contraditou o valor apresentado, mencionando os 122 milhões citados na Assembleia. Pediu a Maristela que esclarecesse o valor real disponível, uma vez que foi divulgado em uma matéria que o ano mineiro das artes, a cultura, teria 1 bilhão.

Maristela: esclareceu que o valor de 1 bilhão divulgado inclui todas as fontes de financiamento da cultura. Explicou que a escolha dos bens prioritários para o FEC se baseia no cadastro de bens em risco do lepha e é uma necessidade emergencial. Enfatizou que o recurso do ICMS repassado é mínimo frente à necessidade do patrimônio. Argumentou que o investimento em arte e cultura tem crescido, mas o patrimônio não teve essa presença grande. Defendeu a proposta como uma ação emergencial essencial.

Thaynã: concordou que não era o momento para deliberar e pediu mais dados para análise,

incluindo a esfera de tombamento dos bens. Questionou a prioridade de itens como iluminação cênica e o uso de recursos do FEC para elaboração de projetos em vez de obras. Lembrou do compromisso do secretário de que o conselho deliberaria sobre o FEC.

Bruno: Esclareceu que, legalmente (lei 24.462/2023), a SECULT é a gestora, agente executora e financeira do FEC, e que a elaboração do FEC pelo Consec não existiu previamente.

Eni Caraja: Reconheceu a importância do investimento em patrimônio material, mas questionou a falta de menção a leis federais e à PNAB nas discussões. Mencionou que o teto da lei do ICMS seria insuficiente para muitos projetos e que as prefeituras não podem apresentar projetos para essa lei.

Antony Diniz: Elogiou a iniciativa do lepha, mas pediu para olhar a proporção da verba. Lamentou a situação de patrimônios em risco e a aparente falta de recursos para eles. Reforçou a necessidade dos conselheiros analisarem a proposta.

Jussara Braga: Defendeu o investimento em patrimônio, especialmente em Mariana. Sugeriu usar o recurso do FEC para esta situação emergencial e cobrar contrapartida das prefeituras. Perguntou sobre o processo de execução do FEC com 22 milhões e a suplementação de 100 milhões. Pediu os números do FEC passado. Perguntou se os projetos de risco teriam prioridade sobre outras demandas do lepha.

Andressa: Questionou a apresentação da proposta sem informação prévia, mencionando a responsabilidade compartilhada por patrimônios. Pediu o histórico do estado de conservação dos bens para embasar a análise, comparando com a exigência de histórico em projetos do FEC.

Maristela: respondeu que o valor de 22 milhões de reais é irrisório para a necessidade de preservação do patrimônio em risco. Argumentou que executar esse valor permite negociar a liberação de mais recursos (referindo-se à suplementação). Explicou que os dados do FEC passado são gerenciados por Zé Junior, que está de férias com problemas de saúde.

Após extensa discussão, ficou definido como encaminhamento o envio do material detalhado da proposta do lepha (incluindo detalhamento de valores por tipo de ação) aos conselheiros até o dia 17/05, para que o conselho possa retornar com um parecer até o dia 24/05.

Balanceamento PNAB

Dom: apresentou dados sobre as inscrições na PNAB, fornecendo uma visão geral preliminar e quantitativa do volume de propostas recebidas pela PNAB. Detalha o número total de inscrições recebidas (18368, desconsiderando inscrições de pareceristas) e a abrangência geográfica. Destaca também o alto volume de 11287 inscrições nos últimos 3 dias. Esclarece que os números apresentados são preliminares e podem variar. Ele explica que inscrições duplicadas ou projetos

submetidos mais de uma vez na mesma área (onde apenas o último conta) ainda não foram filtrados, e que o número final será atualizado após a análise.

Godoi: criticou os problemas na plataforma de inscrição nos dias finais do prazo, sentindo que a prorrogação foi insuficiente e que houve dificuldade de acesso. Questionou a distribuição dos pareceristas e o volume de trabalho.

Maristela: informou que um relatório da equipe de TI está sendo solicitado para detalhar os problemas na plataforma, que geralmente ocorrem devido ao grande volume de acessos nos últimos dias. Defendeu a prorrogação como uma forma de garantir o direito de inscrição.

Rodrigo Robleno: apontou que editais mal escritos e a falta de diálogo entre os editais e a plataforma contribuíram para as dificuldades, sugerindo melhorias na plataforma e manuais mais claros.

Antony: concordou com a necessidade de educação para os proponentes e criticou a disseminação de informações incorretas em grupos e lives. Alertou contra a mistura de documentos de diferentes leis.

Andressa e Marina Azze: elogiaram a nova plataforma em comparação com sistemas anteriores, reconhecendo ser um primeiro passo que necessita de melhorias. Sugeriram a implementação de declarações universais para informações comuns e maior uniformidade nos termos e estrutura dos editais para facilitar a compreensão dos proponentes. Marina defendeu que a plataforma seja utilizada para todos os editais futuros.

Godoi: explicou a lógica por trás da pontuação de trajetória em um dos editais da PNAB, visando premiar profissionais com longa atuação na área.

Maristela: abordou a pauta da Busca Ativa, que visa identificar e incluir artistas e agentes culturais que não acessam os editais públicos. Mencionou a assinatura de um termo de cooperação com a AMM para trabalhar com 806 municípios. Convidou conselheiros interessados a participar das discussões sobre a metodologia com a equipe da SECULT e a AMM, assim que Zé Junior retornar de férias.

Thaynã: notou que a discussão sobre Busca Ativa estava no mesmo ponto da reunião anterior. Questionou sobre o valor da PNAB reservado para essa ação. Reconheceu a importância da parceria com os municípios para divulgação dos editais.

Maristela: sugere continuar as discussões quando tiver novas regulamentações e decretos do Minc.

Reunião encerrada.

Link da gravação da reunião: <https://www.youtube.com/live/tE0hA8xts3w?si=tdJogWHJhdv2rqvf>



Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Godoi dos Santos, Cidadão**, em 09/07/2025, às 23:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Hildebrand Robleno, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 05:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Ribeiro Batista, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 08:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Coutinho Azze, Cidadão**, em 10/07/2025, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS PIMENTA DINIZ, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **morrison de oliveira, Usuário Externo**, em 14/07/2025, às 07:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Márcio Nascimento Pizelli, Usuário Externo**, em 14/07/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **116396122** e o código CRC **7724ED3C**.

Referência: Processo nº 1410.01.0004121/2024-05

SEI nº 116396122